

Direcção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 18375/2010

Recrutamento de 5 (cinco) Técnicos Superiores por mobilidade interna de duração indeterminada para o Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

O Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça pretende recrutar, por mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), 5 (cinco) técnicos superiores, sendo 2 (dois) para a área funcional da Unidade de Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional, 2 (dois) para a área funcional da Unidade de Justiça Penal e 1 (um) para a área funcional da Unidade de Cooperação Internacional.

A) Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade interna pelo período de dezoito meses (artigo 63.º da LVCR).

Carreira e categoria: Técnico Superior.

Grau de complexidade: 3.

Remuneração: artigo 62.º da LVCR.

Caracterização dos postos de trabalho: 5 (cinco) postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com o conteúdo definido no anexo à LVCR e com a seguinte caracterização:

Referência 1 — (2 postos de trabalho) área funcional: Unidade de Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional.

Atribuições /competências/ actividades a exercer conforme o mapa de pessoal aprovado — assegurar a representação e negociação jurídica internacional, elaboração de informações e pareceres jurídicos, preparação de elementos técnico-jurídicos de apoio à decisão e recolha de informação de carácter técnico na área da justiça civil, cidadania com uma componente internacional, apoio à tomada de posições do Ministério no âmbito do contencioso internacional do Estado.

Referência 2 — (2 postos de trabalho) área funcional: Unidade de Justiça Penal.

Atribuições /competências/ actividades a exercer conforme o mapa de pessoal aprovado — assegurar a representação e negociação jurídica internacional, elaboração de informações e pareceres jurídicos, preparação de elementos técnico-jurídicos de apoio à decisão e recolha de informação de carácter técnico na área da justiça penal com uma componente internacional.

Referência 3 — (1 postos de trabalho) área funcional: Unidade de Cooperação Internacional.

Atribuições /competências/ actividades a exercer conforme o mapa de pessoal aprovado — assegurar a representação em reuniões nacionais e internacionais, assegurar a negociação jurídica internacional, elaboração de informações e pareceres jurídicos, assegurar a articulação com entidades nacionais e internacionais envolvidas na cooperação para o desenvolvimento, preparação, negociação e acompanhamento de Programas de Cooperação e recolha de informação de carácter técnico na área da cooperação internacional.

B) Requisitos de Admissão:

Relação jurídica: relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Habilitação literária: Licenciatura.

Descrição da habilitação literária:

Referências 1, 2 e 3 — Licenciatura em Direito.

C) Local de trabalho:

Instalações da Direcção-Geral da Política de Justiça, sita na Av. Óscar Monteiro Torres, n.º 39, 1000-216 Lisboa.

D) Formação Profissional:

Os candidatos devem possuir:

Experiência profissional em áreas similares às que caracterizam os postos de trabalho em oferta nomeadamente, a título exemplificativo: para a Referência 1, bons conhecimentos de Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direito Civil (Obrigações, Família e Sucessões); Referência 2, bons conhecimentos de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Comunitário e Direito Internacional Público; Referência 3, Direito Internacional Público.

Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de qualquer outra língua estrangeira, em especial de francês e espanhol.

E) Método de selecção:

Avaliação curricular complementada com Entrevista (apenas serão convocados para a realização de entrevista os candidatos seleccionados na avaliação curricular e que reúnam os requisitos de admissão).

F) Formalização da Candidatura:

A candidatura deve ser formalizada no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso, através de requerimento dirigido à Directora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, acompanhado de *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, certificado de habilitações literárias e declaração emitida pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a carreira em que se encontra inserido, com identificação da Referência do posto de trabalho a que se candidata, devendo ser entregue ou remetida pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a seguinte morada: Av. Óscar Monteiro Torres n.º 39, 1000-216 Lisboa.

21 de Julho de 2010. — A Directora-Geral da Política de Justiça, do Ministério da Justiça, *Rita Faden*.

203684831

Despacho (extracto) n.º 14510/2010

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

Vitor Hugo Camacho Teixeira, assistente técnico — aposentado com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010;

Joaquim Augusto Pinheiro Correia, técnico superior — aposentado com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685074

Despacho (extracto) n.º 14511/2010

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após conclusão com aproveitamento da 10.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública realizada no ano de 2009-2010, foi seleccionado o Licenciado Eurico Tomé de Medeiros do Canto Pedrosa, por reunir as qualificações, competências e capacidades julgadas necessárias e suficientes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho a ocupar, celebrando-se para o efeito contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal desta Direcção-Geral, na carreira geral de Técnico Superior, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao 15.º nível remuneratório, da respectiva tabela remuneratória, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 2010. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685114

Despacho (extracto) n.º 14512/2010

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, precedendo procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, aberto por Aviso n.º 13005/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 23 de Julho de 2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Técnico Superior, com a Licenciada Maria Emília Rosa Mourão, para a Divisão de Estatísticas da Justiça, com a remuneração correspondente à 3.ª posição remuneratória e ao 19.º nível remuneratório, da respectiva tabela remuneratória, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685155

Despacho (extracto) n.º 14513/2010

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após conclusão com aproveitamento da 10.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública realizada no ano de 2009-2010, foi seleccionada a Licenciada Nélia Maria Candeias Silva, por reunir as qualificações, competências e capacidades julgadas necessárias e suficientes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho a ocupar, celebrando-se para o efeito contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal desta Direcção-Geral, na carreira geral de Técnico Superior, com a remuneração correspondente